

ATA Nº. 9

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 21-11-2014
--

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e catorze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, o Senhor: -----

Luís Filipe Dias Grácio e Marco Filipe Sá Geração -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**, o senhor: --

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Carlos Manuel Godinho Matias e Mário Eugénio Filipe Duarte.. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias, e suspensão do mandato até 365 dias, respetivamente. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade das eleitas e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e dos respetivos

juramentos por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-as investidas nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a ata número oito. -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “ Uma pequena questão relativamente à ata, na página 28, parágrafo 6, há um erro em termos de verbo, que em vez de abrir, está abrir

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO OITO -----

A ata número oito, realizada em vinte e seis de setembro, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Partido Social Democrata, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi dado conhecimento aos senhores deputados da listagem atualizada dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

Seguidamente **Luís Grácio** apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

A proposta do Orçamento do Estado para 2015 em discussão no parlamento aprofunda a asfixia financeira do poder local. Centraliza recursos financeiros e restringe a autonomia das autarquias. -----

Combater o défice e a dívida tem sido o pretexto do governo para impor cortes. Em todo o país, a austeridade, um programa político do PPE e da coligação de direita PSD/CDS-PP, está a empobrecer os trabalhadores, a dismantlar o Estado Social, a transferir em cada ano mais de três mil milhões de euros dos rendimentos do trabalho para o capital. O governo reduz os salários, as pensões e outras prestações sociais, institui o saque fiscal. Mas as políticas do PSD e CDS/PP não diminuíram a dívida. Ao contrário, desde Junho de 2011, a dívida direta do Estado cresceu mais de mil milhões de euros por mês, 37 milhões de euros por dia e ultrapassou em Setembro último 220 mil milhões de euros, o maior valor de sempre. -----

Para além de agravar as restrições financeiras aos municípios, o Orçamento do Estado para 2015 não prevê sequer a redução para a taxa mínima (6%) do IVA aplicável à iluminação pública, como tem sido reivindicado pela ANMP. E embora os impostos que servem de referência às transferências financeiras tenham aumentado mais de 17%, foram subtraídos cerca de 188 milhões de euros no valor do FEF a mais de 50 municípios, segundo a ANMP. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 21 de Novembro de 2014, manifesta a sua profunda discordância quanto à proposta de lei nº 254/XII (Orçamento do Estado para 2015) e decide dar conhecimento, desta sua decisão: -----

-
1. À Câmara Municipal do Entroncamento, às Juntas e Assembleias de Freguesia do Entroncamento e restantes autarquias da CIMT; -----
 2. Ao Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares;-----
 3. Às centrais sindicais CGTP-IN e UGT; -----
 4. Aos OCS locais e nacionais.-----

Continuando referiu: “ Esta moção tem a ver com a influência que o Orçamento de Estado vai ter sobre as autarquias locais de forma muito significativa. -----

Queria reforçar alguns aspetos que têm a ver com um conjunto de retiradas de valores do FEF para as autarquias, a própria Associação Nacional de Municípios faz a denúncia de que foram subtraídos a mais de 50 municípios cerca de 188 milhões de euros, apesar do imposto sobre as transferências financeiras terem aumentado mais de 17%, o mesmo se passa relativamente à redução do IVA na taxa mínima na iluminação pública que não foi considerado no Orçamento de Estado para 2015. -----

Sem a Troika, mantêm-se a política de austeridade da Troika, anteriormente o governo escudava-se com a Troika, agora que a Troika se foi embora a autonomia é completa do governo mas a política mantém-se. -----

Nós entendemos que a assembleia municipal pela parte que afeta as finanças locais devia pronunciar-se demonstrando uma profunda discordância com este Orçamento de Estado.” -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves:**” A bancada do PS não tem nada contra a presente moção e de facto, cada vez mais a autonomia financeira do poder local está a ir por aí a baixo, esta asfixia de que o Bloco de Esquerda fala e portanto concordamos com o conteúdo da moção.” -----

Interveio **José Baptista:**” As transferências para este ano do Orçamento de Estado para as autarquias locais aumentaram isso é visível, mesmo não estando ainda aprovado porque está em fase de discussão, esta moção traz-nos aqui valores relativos ao FEF. -----

O FEF é tão-somente uma componente de solidariedade entre os vários municípios para as situações de grande aperto financeiro como aqui já foi discutido. -----

Sempre me habituei a ouvir o Partido Comunista falar abertamente da necessidade de solidariedade entre os municípios e portanto, custa-me muito perceber como é que se chega a este momento e se discute uma medida com a dimensão de que as autarquias locais têm um novo mecanismo para se apoiarem umas às outras no momento em que uma autarquia não tenha condições de fazer face às responsabilidades financeiras que tem. -----

Em função do argumento que é dado aqui e obviamente com todos os pareceres da Associação Nacional de Municípios que nunca poderiam ser a favor como é óbvio, nós vamos votar contra esta moção.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves:** “ Há aqui algumas coisas que nos chocam um bocadinho com o que o Bloco de Esquerda está a pedir e que iremos votar contra. -----

Acusam o PSD e o CDS de não diminuírem a dívida, mas nisto tudo existe um passado e algo mais do que não diminuir a dívida, é preciso que as coisas sejam postas e clarificadas. -----

Esta moção terá obviamente o nosso repúdio por isso.” -----

Continuou **António Ferreira:** “ Estamos neste momento a apreciar a moção do Bloco de Esquerda e não a da CDU. -----

Neste momento as populações estão a ser extremamente sacrificadas e aquilo que vem aí ainda é mais complicado. -----

As verbas do FEF antes de ser alterada a Lei das Finanças Locais, previa que as câmaras tivessem direito a 23,5% dos três impostos da média dos últimos três anos, nós teríamos a nível do FEF 2 300 milhões de euros, com a alteração à Lei das Finanças Locais tínhamos direito a 1 952 milhões de euros, com as imposições que o governo agora vem e as cláusulas de salvaguarda, as cláusulas de restrições, os municípios só vão ter direito a 1 700 milhões de euros no Orçamento de Estado. -----

Para além do FEF, nos outros fundos aquilo que a Associação Nacional de Municípios esperava arrecadar, era 2 700 milhões de euros em termos de receitas do estado central, aquilo que vão ter de facto com a Lei das Finanças Locais são 2 300 milhões de euros, ou seja, menos 400 milhões de euros. -----

Estes impostos são para compensar as populações na resolução dos seus problemas em termos locais, com estes cortes, quem sofre é as populações. -----

É isto que nós pensamos em relação à política do governo, espero que este governo não se mantenha muito mais tempo em funções e que o alívio sobre as autarquias possa voltar.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrático. -----

Telma Jorge apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015 -----

Considerando que: -----

- a. O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei Finanças Locais aferida a uma percentagem da média dos três impostos que relevam para o Fundo Equilíbrio Financeiro e Fundo Financeiro Freguesias (IVA+IRS+IRC) (de relembrar que essa percentagem, até 2007, era de 23,5% e atualmente, baixou para 19,5%).
- b. Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, a Proposta de OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1.785 milhões em vez dos 1.870 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5 %, não referenciada como a lei determina ao FEF e Fundo Social Municipal, mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos “acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja “martelado” de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto veem o FEF reduzir-se respetivamente em 15 e 19 milhões de euros !!); -----
- c. A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM; -----
- d. Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para AM e CIM, num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se

traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto; -----

1. Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da Lei FL à realização da participação do Fundo Apoio Municipal e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso); -----
2. Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores; -----
3. Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas; -----
4. Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo: Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao SNS; Retenção em favor da DGAL, de 0.1% do FEF; Por “violação” da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do Programa Apoio Economia Local; Por “violação” da não redução de trabalhadores; Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA . -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida em 21 de novembro de 2014, delibera: -----

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento; -----
2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias; -----
3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; -----
4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população. -----
5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania (presidência da AR e grupos parlamentares, Governo, Presidência de República), à Associação Nacional Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias e divulgá-la junto da população pelos órgãos comunicação social. -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Esta moção vem quase no sentido da moção apresentada anteriormente. -----

Faz todo o sentido esta questão novamente da defesa da autonomia do poder local e portanto o PS concorda com o conteúdo desta moção.” -----

Prosseguiu **Marco Geração**: “ A moção da CDU vai de certo modo ao encontro da moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, estamos coniventes de

qual será a opção de voto das bancadas do CDS e do PSD, em relação a esta questão, porque realmente o que se trata aqui é defender o poder local, que é o último reduto que toma conta dos cidadãos em relação aquilo que tem sido feito a nível nacional, acredito que nós como deputados da assembleia municipal e estamos a proteger os nossos municípios, logo, de uma certa forma, teremos que ser contra qualquer ação do governo que ponha em causa a vida e a segurança dos nossos municípios. -----

Tendo em conta esta questão, votaremos a favor da moção da CDU. -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ Por incrível que pareça, estamos de acordo aqui num ponto, estamos aqui para defender os nossos municípios e para exigir o cumprimento da lei. -----

Acreditamos que a Lei das Finanças Locais e nós fomos eleitos pelos cidadãos do Entrancamento e por isso é que estamos aqui. -----

Atendendo ao ponto número dois que é exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, porque sabemos o constrangimento que as autarquias locais têm tido e que esta autarquia tem tido, e que somente, que fique bem frisado, por este aspeto vamos abster.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Não queria falar porque já intervim na outra moção e falei do Partido Comunista para não ter que falar agora. -----

No Orçamento de Estado, na situação em que o País está em que se aumenta as transferências de verbas para as autarquias locais, dizermos que estamos a retirar autonomia às autarquias, é sermos irónicos no mínimo. -----

Nós estamos nesta moção da CDU a discutir a mesma base da moção do BE, só que esta, mais desenvolvida e com mais pontos. -----

Como é que nós consideramos que estamos numa asfixia financeira na nossa autarquia e temos os investimentos que temos de compras num orçamento que vamos discutir mais à frente, é a pergunta que deixo ao Partido Socialista. ---

Como é que o Partido Socialista pondera adquirir dois autocarros elétricos no próximo ano, mas diz que estamos numa asfixia financeira, é a pergunta que faço. -----

Quando o Partido Socialista for governo e se Deus quiser há de ser governo outra vez, porque o bom de uma democracia é que há rotatividade no poder para que os vícios não se consolidem, é que, quando o Partido Socialista estiver no governo terá que fazer o mesmo ou pior do que aquilo que o Partido Social Democrata foi obrigado a fazer e o Partido Socialista sabia bem da situação que deixou há três anos atrás. -----

Nós vamos votar contra a moção.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ As transferências para as autarquias vêm essencialmente de três impostos, o IVA, IRC e IRS, as autarquias têm direito a uma parte desse bolo, aquilo que se fez, foi alterar a Lei das Finanças Locais para as autarquias não terem direito a tanto na participação, mas como os impostos subiram enormemente, por esse lado nós vamos ter mais impostos, acontece que se arranjou aqui uns meios de cortarem no IRS. -----

A Câmara Municipal de Benavente, não tem dívidas, tem algum dinheiro

em banco e tem uma dívida estratégica com uns juros extremamente baixos mas prefere ter algum dinheiro no banco a ganhar um juro mais alto e ter aquela dívida com um juro mais baixo, está a ganhar dinheiro para a população. Através deste mecanismo que está aqui, o governo vai forçar a câmara a desfazer-se dessa dívida para proteger os interesses da banca.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Não é só nas câmaras do PCP que se fazem dívidas estratégicas bem-feita, na câmara do Entroncamento também temos uma dívida estratégica. -----

Há doze anos atrás tínhamos uma dívida de tal forma estratégica, que o município teve que contrair um empréstimo para recuperar essa dívida estratégica que foi a dívida cá deixada. -----

Hoje em dia temos uma dívida no município do Entroncamento, que como se consegue comprovar facilmente é estratégica, foi estratégica para a educação, foi estratégica para o que era necessário na altura. -----

Sei que gosta muito de dizer bem das câmaras comunistas, mas sejamos corretos, acredito que a câmara de Benavente funcione muito bem e que a sua dívida seja estratégica, mas de certeza que não deixará de acreditar que a dívida do Entroncamento foi contraída por exemplo para fazer escolas, também foi estratégica, foi estratégica para as nossas crianças e para o futuro da nossa cidade.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Centro Social Democrático. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ Temos alguns pontos que os cidadãos do Entroncamento têm manifestado alguma preocupação que iremos transmitir para que sejam respondidos no final. -----

O horário do Jardim Pereira Caldas, conhecido por Jardim da Aranha, diz que o encerramento é às vinte e duas horas e trinta minutos, às vinte horas já está encerrado e luzes apagadas. -----

Fizeram-me lembrar que o jardim perto da rua José Afonso continua num estado lastimoso, os bancos são só de ferro, têm uns buracos imensos, com um bocadinho de tinta e algum sacrifício de trocos já se poderia ter feito alguma coisa. -----

Acho que é do conhecimento de todos, que as grelhas dos nossos repuxos na rua calcetada, que foi um investimento estratégico da câmara anterior, estão com uma grelha danificada, inclusivamente relataram-me, que um técnico da câmara viu e que continua na mesma. -----

Também sabemos que a recolha de lixo na rua Doutor Fanhais, no fim de semana de seis e sete de novembro não houve recolha de lixo, assim como no fim de semana de catorze de novembro. -----

A rotunda da Filarmónica está como foi posta de início, temos tantos jardineiros, não estamos a pedir um investimento de luxo, fica mal, as pessoas que vêm pela A23 e que entram pela rua Fernando Pessoa chegam ali e vêm uns lancis a fazer de rotunda, gasta-se tanto dinheiro que com um investimento de duzentos ou trezentos euros resolvia-se o problema. -----

Existe uma situação que é preocupante na rua Francisco Corujo, junto da antiga EDP, junto ao pavilhão e parque radical, em que os carros atingem cem quilómetros/hora, aos fins de semana quando existem as caminhadas, quando o centro de marcha está a funcionar, dever-se-ia fazer alguma coisa naquela rua para que os carros andassem mais de vagar, eu próprio quando ali passo, nunca vou a cinquenta/hora e se calhar nenhum de nós vai a essa velocidade.” -----

Prosseguiu **Ezequiel Estrada**: “ A história não se deve ignorar, vamos recuar ao ano de 1963 em que houve um plano do Ministério das Obras Públicas e foi entregue a este Ministério uma obra concluída no Entroncamento, uma escola designada por escola primária, construída por um construtor de nome Manuel Vital Estrada. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento recebeu a escola, procurou avaliar a situação e apercebeu-se que havia cerca de duzentos alunos que se deslocavam diariamente do concelho do Entroncamento para outros concelhos vizinhos a fim de frequentarem o ensino secundário oficial. -----

Existia no Entroncamento como ensino secundário, apenas o privado, o chamado Colégio do Padre, ou seja o Colégio Mouzinho de Albuquerque, que só as famílias mais abastadas conseguiam assegurar isso, outros teriam que se deslocar para Tomar ou Santarém, os filhos dos empregados do caminho-de-ferro porque deslocavam-se gratuitamente, quem não era filho de ferroviário deslocava-se para Torres Novas a pé ou de bicicleta, ou os pais tinham que desembolsar dois escudos para a chamada camioneta da carreira. -----

Pensaram um pouco nesta situação e propuseram ao Ministério a criação do ensino secundária oficial no Entroncamento e foi rejeitado. -----

O Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Entroncamento, senhor José Bernardino Falcão Ribeiro, apoiado pelo senhor Rui Gonçalves, propuseram à Câmara de Tomar a possibilidade de criar aqui o ensino que não coincide-se com os cursos existentes em Tomar e através do Diretor da Escola de Tomar, conseguem criar um protocolo e assim criar a seção do Entroncamento da Escola Comercial e Industrial de Tomar e que faz hoje precisamente cinquenta anos que o ensino oficial foi criado no Entroncamento. -----

Está patente uma exposição fotográfica à vossa disposição na escola que referi e que relata tudo isto. -----

Isto trouxe alguma acalmia económica à minha família e a outras, deslocava-me para Torres Novas com o almoço e foi muito importante para o Entroncamento há cinquenta anos, que regressassem aqui duzentos alunos e que comessem a conviver e a criar raízes no Entroncamento. -----

Gostava de deixar aqui o convite, de que amanhã visitem a escola para verem a exposição que lá está.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Peço à atenção dos senhores deputados para quatro pontos que a bancada do Partido Social Democrata pretende suscitar ao executivo e para as respostas do executivo, sendo certo que o senhor Presidente disse que ninguém ficará sem resposta, pelo que confiamos que hoje iremos ter respostas às perguntas que vamos fazer. -----

A primeira não é diretamente uma pergunta, é quase que uma constatação. -----

O município do Entroncamento publicado que foi o índice de transparência municipal, desceu no ranking de transparência municipal, estamos a falar no período de doze meses de 21º lugar para 69º lugar e baixou nesse mesmo índice de transparência municipal de 47º lugar que a pontuação atribuída em 2013, para 42º lugar em 2014. -----

Esta dimensão de transparência, este índice de transparência municipal não foi feita pelo governo, para que se saiba, foi feito por um conjunto de universidades e organizações do nosso país e baseia-se em alguns pontos: -----

Informação sobre organização composição social e funcionamento do município, 18 indicadores; -----

Planos e planeamentos, 13 indicadores; -----

Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos, 5 indicadores; -----

A relação com a sociedade, 8 indicadores; -----

A transparência na contratação pública, 10 indicadores; -----

A transparência económica e financeira, 12 indicadores; -----

A transparência na área do urbanismo, 10 indicadores. -----

Estamos a falar de um estudo público que nos mandou a nível de transparência da autarquia, de 21º lugar para 69º lugar e portanto, a pergunta que faço ao executivo, qual foi a resposta dada no âmbito desta pesquisa, porque há uma informação em que o município contra argumentou e portanto, perceber se isto é uma questão meramente passageira porque há informação que ainda não está disponível, se isto se refere exatamente aquilo que está disponível na internet, que é passarmos de uma situação de transparência, para uma situação de falta de transparência gravíssima. -----

Fez-se uma alteração no executivo e veio a esta assembleia também, a situação do Hotel D. João e a pergunta que trago ao executivo é: -----

Qual é que é a situação do hotel, se houve alguma alteração em função das novas informações dos técnicos dados na reunião do executivo e se há alguma novidade para ser prestada a esta assembleia.-----

Havia uma ordem para ser cumprida pelo hotel, essa ordem não foi cumprida, entretanto o executivo decidiu alterar o panorama em novos depoimentos técnicos que foram juntos ao processo e portanto, a pergunta que fazemos, é saber o que é que se passa com o hotel e se a situação está para ser resolvida ou não. -----

A terceira nota é dar as felicitações a duas pessoas, ao elemento presente da concelhia do CDS-PP, a quem desejamos que tenha um mandato profícuo e de sucesso e endereçar ao Doutor Mário Balsa, os maiores sucessos enquanto chefe de Gabinete do senhor Presidente da Câmara, ele deixa-nos nesta assembleia com um pedido de suspensão. -----

Esta assembleia não foi informada do que aconteceu com o Professor Doutor José Alfredo e portanto, seria de bom-tom que esta assembleia fosse informada do que é que aconteceu, porque é que não nos foi dito nada e porque é que fomos informados pela comunicação social que o Doutor José Alfredo deixou de ser Chefe de Gabinete, quando o próprio mostrou surpresa na própria decisão do executivo também. -----

Espero que o Doutor Mário Balsa tenha mais sucesso do que o seu antecessor, pelo menos em longevidade e esperemos que, daqui a um ano não pode pedir a renovação, seja mesmo a exoneração do lugar nesta assembleia, quer dizer que teve muito sucesso nas funções que vai desempenhar. -----

Por fim, a nossa bancada fez uma pergunta na última assembleia e o senhor Presidente passou por ela com total ligeireza sem nos querer responder, nós fomos novamente interpolados sobre esta questão, porque é que o executivo deixou de fornecer às crianças com necessidades financeiras e que ingressavam pela primeira vez no pré-escolar, o bibe, o chapéu e o panamá, nós não estamos a falar de uma bolsa cheia de dinheiro, não é uma fortuna aquilo que se passava, é uma componente de apoio às famílias carenciadas da nossa cidade, que o município terminou abruptamente sem

sequer dar resposta, de tal forma que às escolas chegaram perguntas do que é que se passava, que este ano não havia o apoio que havia os outros anos. -----

Espero que desta vez a senhora vereadora da educação nos possa dar resposta.” –

Referiu **Telma Jorge**: “ Aquilo que queria transmitir à assembleia é a título informativo, dizer-vos que no passado dia 19 de novembro, esteve presente no Sindicato dos Ferroviários, o deputado António Filipe, eleito pelo distrito de Santarém e deputado na Assembleia da República, no sentido de vir prestar alguns esclarecimentos e prestar contas daquilo que tem sido o trabalho e as propostas apresentadas na Assembleia da República no âmbito da defesa dos trabalhadores ferroviários, reformados e suas famílias. -----

Acabou por transmitir às pessoas que estavam presentes, qual foi a proposta que o PCP apresentou na Assembleia da República no âmbito da aprovação do Orçamento de Estado, relativamente à redação do artigo 142º, e que iria ler a proposta apresentada pelo PCP: -----

Número um - Revogar o artigo 143º, da Lei nº 183/2013, de 31 de dezembro; ----

Número dois – As condições de utilização dos transportes públicos rodoviários, fluviais e ferroviários por parte dos trabalhadores do setor e seus familiares, passarem a ser reguladas pelos instrumentos de regulamentação coletivas de trabalho e pelos contratos de trabalho aplicados nas respetivas empresas. -----

Propõe-se eliminar os pontos números três e quatro. -----

Queria lembrar o que é que diz o artigo 143º, que o PCP propõe logo no número um do artigo 142º a revogar, diz logo início no ponto número um: *É vedada a autorização gratuita nos transportes públicos, aéreos, rodoviários, fluviais e ferroviários.*” -----

António Ferreira referiu: “ Queria referir que é possível assinar os ACEP e estão assinados e publicados neste momento, nove ACEP nos Açores e dezassete ACEP na Madeira, o governo no continente continua a bloquear estas aprovações que estão em conformidade com aquilo que o Tribunal Constitucional determinou, que é uma matéria da autonomia das câmaras municipais que deve ser negociada entre as duas partes, os trabalhadores e as autarquias. -----

Devo referir ainda, que neste âmbito vão começar a aparecer as greves nas câmaras municipais e freguesias. -----

Está marcada para dia quatro de dezembro uma luta dos trabalhadores da administração local em Lisboa, que vai dar o arranque a este tipo de lutas. -----

Lamento que a Câmara Municipal do Entroncamento não tenha feito a assinatura do ACEP e não esteja implementado. -----

Nós estivemos na RESITEJO, foi uma iniciativa boa para nós nos inteirarmos dos problemas da RESITEJO e queria chamar à atenção para algumas questões: -----

As telas de proteção do aterro não são repostas com o cuidado necessário, aquelas telas devem ser repostas diariamente, não há tanques de retenção que aguentem a forma como aquilo está neste momento, com estas chuvadas alguma coisa deve ir para os lençóis freáticos, não há tratamento nenhum daqueles que nos indicaram lá que era possível introduzir. -----

Em relação à organização do espaço, deixou-nos também alguma preocupação. –

Em relação às questões sanitárias, também nos deixaram algumas preocupações com a quantidade de animais que sobrevoam os resíduos que são descarregados e que de qualquer forma há sempre perigo. -----

Na revisão dos estatutos da RESITEJO conseguiu-se uma vitória neste aspeto, há um entendimento entre os diversos Presidentes de Câmaras, que rejeitaram a proposta de revisão dos estatutos, foi uma posição positiva. -----

Pelas informações que temos, há uma intenção por parte da maioria dos Presidentes de Câmaras, no sentido de manter a RESITEJO como uma entidade intermunicipal, o que para nós é positivo. -----

Nesta área detetamos alguns problemas graves, um deles foi a informação que nós tivemos que o TNB, que é i investimento de vinte milhões de euros e que não está acabado, que segundo a informação que nos foi dada, aquilo ainda precisa mais de quarenta milhões de euros de investimento, é um consórcio com privados. -----

Aquilo tem muitos funcionários a trabalhar, pelas informações que me têm chegado, há muito a fazer pelas condições de higiene e segurança no trabalho, daqueles trabalhadores e do nível salarial que eles têm acesso.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves:**” Gostaria também de falar da RESITEJO, não no âmbito que a bancada da CDU acabou de falar, mas um agradecimento pela visita que foi proporcionada aos elementos desta assembleia.-----

Por algumas coisas que foram aqui ditas pela bancada da CDU, faz sempre sentido que saibamos o que se passa dentro destas unidades. -----

Nós enquanto cidadãos do Entroncamento e nesta organização em que a câmara tem assento, fez todo o sentido esta visita. -----

Não nos passa pela ideia enquanto cidadãos e enquanto e peço desculpa pelo termo *fazedores de lixo*, aquilo que ali está, uma unidade de tratamento e separação de resíduos que é bastante eficaz e única. -----

Foi para nós uma mais-valia, penso que para todos que a visitaram, queria até, mais a título pessoal, mas penso que a bancada do PS, peço desculpa aos outros elementos das bancadas que lá estiveram, concordarão comigo, que o respeito que devemos às pessoas que ali trabalham cresceu, porque de facto não temos essa noção. ---

Queria realçar e mostrar satisfação relativamente à questão das placas que foram postas nos estacionamento, nomeadamente junto ao mercado diário para deficientes, que era uma lacuna existente de facto.” -----

Interveio **Kelly Silva:** “ Queria falar de um assunto que ainda aqui não se falou e acho que é importante, que é o Natal no Entroncamento. -----

A bancada do PSD e eu em particular, como sabem nutro um carinho muito especial pelos comerciantes do Entroncamento.-----

Gostaríamos de saber o que é que está previsto para o Natal este ano. -----

Gostaríamos de saber se efetivamente vamos ter um Natal mais feliz do que o do ano passado, porque o ano passado o Natal foi muito triste para o comércio no Entroncamento. -----

Recordo que há dois anos atrás o Natal foi bastante alegre, posso-vos dizer que o Natal teve música como toda a gente sabe, a música não foi assim tão cara como se pensa, nós tivemos música desde o dia um de dezembro até ao dia de Reis, e se por acaso os valores forem elevados para a autarquia, tenho a certeza absoluta que os comerciantes estarão recetivos a apoiar porque é do interesse de todos que isso aconteça.

Queria também saber se efetivamente estes contatos com os comerciantes e com as associações, nomeadamente a ACIS se está a assistir, se de facto há articulação ou não para que de facto o Natal no Entroncamento se faça com alegria.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves:** “ Queria congratular-me com os lugares de deficientes e o senhor vereador Carlos Amaro sabe bem porquê, falei com ele pessoalmente acerca da questão. -----

O CDS-PP no Entroncamento, obviamente também com a mudança de Presidente, também existe alguma mudança de filosofia e que iremos marcar uma reunião com o senhor Presidente da Câmara para esclarecer a nossa recomendação sobre a auditoria, para que possamos clarificar as áreas e para que possamos chegar a bom caminho.” -----

Continuou **Rui Bragança**: “ Queria agradecer por terem alterado o timing da luz da Avenida da Estação, foi falado no Conselho Municipal de Segurança. -----

Verifico que no cruzamento da avenida existem dois postes que não têm qualquer iluminação. -----

Não sei se tem a ver com o concurso que vai ser o já foi adjudicado, da manutenção da via pública mas vejo que andam a rebaixar os lancis das passadeiras na zona da avenida, mas seria bom pintarem as zebras, porque há passadeiras que ou não têm, ou já estão completamente sumidas.” -----

Passou-se de imediato à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Pediu a palavra **Carlos Alves**: “ Sou residente no Entroncamento e queria fazer a minha intervenção em duas dimensões: -----

A primeira e tenho a certeza absoluta que todas as pessoas aqui presentes, os senhores deputados, parece que é a terminologia que usam aqui é deputado, com todo o respeito, qualquer cidadão tem que aceitar, estão aqui cientes que estão numa missão e a missão é ajudar a vida dos outros que estão lá fora. -----

Ouvi aqui algumas intervenções, não é a primeira vez que oiço intervenções deste género, é recorrente, de pessoas que vêm com o género de uma listagem a dizer aspetos de segurança, que falta ali uma placa, há menos uma lâmpada, acho que a melhor forma dos deputados ajudarem a melhorar a vida dos cidadãos do Entroncamento, é em tempo útil, fazerem chegar essas preocupações à Câmara Municipal. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** interrompeu o munícipe para referir: “ Relativamente a estas questões, qualquer assunto que queira trazer a esta assembleia, é livre de o trazer, agora, de acordo com o nosso regimento, está impedido de fazer observações relativamente aos membros desta assembleia e às posições que tenham tomado ou venham a tomar. -----

Por outro lado, qualquer assunto que não conste na ordem dos trabalhos, também devia ter referido isso no início, presumo que é uma questão dada como adquirida por todos, foi um lapso meu. -----

Alguma questão nova que queira trazer a esta assembleia que possa suscitar interesse e possa ver respondida?” -----

Prosseguiu **Carlos Alves**: “ Peço desculpa, realmente é a primeira vez que estou neste papel, sou autarca e portanto estou sempre do outro lado. -----

É a primeira vez que estou a falar em público neste local, mas queria suscitar um pedido à Câmara Municipal, falaram aqui no rebaixamento dos lancis, há dias assisti a uma situação e gostava que o município tomasse as devidas medidas para que isso não voltasse a acontecer, ou seja, as pessoas quando estão a fazer uma determinada obra, costumam deixar no passeio o entulho, há dias vi uma pessoa cega a cair precisamente em cima desse entulho.” -----

Entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM -----
DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DEFINITIVO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Relativamente a este ponto, para não estar a fazer uma proposta de alteração de toda a ordem dos trabalhos, propunha que aceitassem alterar o ponto número um, não só aprovar o regulamento em definitivo do Conselho Municipal de Segurança, mas também a tomada de posse de um novo membro em substituição do senhor Paulo Bica que pediu a renúncia ao cargo que exercia no Conselho Municipal de Segurança.” -----

Não havendo nenhuma imposição deu-se a tomada de posse a um membro no Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento. -----

Após a leitura da respetiva ata avulsa da tomada de posse e de todos os trâmites legais e do respetivo juramento por parte do membro presente, o senhor Presidente da Assembleia declarou-o investido nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Na primeira reunião que tivemos do Conselho Municipal de Segurança, com todos os elementos presentes, as entidades que estavam presentes, decidiram propor algumas alterações na parte da composição, que é o artigo quarto, alíneas e), f), g), e j). -----

Não havendo nenhuma objeção, coloco o ponto número um à votação:” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “ **Discussão e Aprovação do Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento** “ foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto do Centro Social Democrático. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2014 -----

Não existindo pedido de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Alteração ao Mapa de Pessoal para 2014** “ foi aprovado por unanimidade com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto do Centro Social Democrático. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

PROJETO DE REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO
CONDICIONADO -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ No âmbito da proposta que nos é trazida aqui pelo executivo camarário, é proposto que o estacionamento na cidade do Entroncamento para além da zona A, passa também para outras zonas que ainda não estão definidas, o estacionamento nessas áreas passa a ser realizado com base num dístico que os cidadãos comprem, onde registam a hora a que chegam tendo meia hora gratuita, é isto que prevê o regulamento. -----

A proposta do executivo que nos trás aqui, é que abre-se aqui um leque de oportunidade para toda a cidade do Entroncamento, para além da zona A passar a estar concessionado o estacionamento de trânsito. -----

Concessionado não é a entrega a nenhuma empresa, não é disso que estamos a falar, passa-se a ser obrigatório pagar para estacionar nessas áreas e dir-me-ão que não porque mete-se lá o dístico e dentro de meia hora não se paga, até aí é verdade, o problema é que o dístico para fazer essa operação é pago à autarquia e tem um custo de dez euros e trinta cêntimos. -----

Se de hoje para amanhã, o estacionamento à frente do Centro de Saúde estiver incluído nesta zona, um cidadão que vá a uma consulta, tem que comprar um disco, paga dez euros e trinta cêntimos e tem que o renovar anualmente, ou seja, não há um parquímetro fixo para cobrar até este limite temporário em que há isenção, mas este valor já está pago à cabeça porque a pessoa já pagou os dez euros e trinta cêntimos e portanto, obviamente que isto é um estacionamento pago encapotado de um estacionamento gratuito. -----

Se a câmara municipal quer fazer a reorganização que é necessária e há muitos anos que é no Entroncamento do estacionamento, que o faça, agora este dístico não pode ser pago, porque se este dístico for pago, nós estamos a fazer os cidadãos pagar o estacionamento aonde estão e isso vai totalmente contra a proposta que o executivo faz.

Aquilo que eu propunha ao senhor Presidente é uma mera proposta, que poderá ser aceite ou não, visto que nós não podemos alterar nada que venha da câmara, nós só podemos aceitar ou reprová-lo, é solicitar ao executivo que possa proceder a uma alteração do regulamento, em que isente a compra do dístico e aí sim, alterando a tabela de taxas que vem anexo para zero, passando obviamente a aprovar este ponto.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “ Esta questão do estacionamento é sempre muito problemática e polémica, já aqui anteriormente se discutiu sobre a possibilidade dos moradores nas zonas concessionadas poderem ter a liberdade de estacionar livremente e pôs-se a questão e coloca-se sempre, da liberdade dos comerciantes terem condições de receberem novos visitantes. -----

Este problema é um problema que se arrasta há bastante tempo e nós temos consciência que ele em certa medida, nas zonas mais problemáticas nomeadamente na zona A, que é aquela que já está concessionada tem bastante a ver com a proximidade da estação do caminho-de-ferro e isso levante-me uma questão que me parece importante e que o executivo devia ter, na nossa óptica, uma ação um pouco mais pedagógica nomeadamente junto da REFER e da CP, que são entidades que na prática provocam este constrangimento, aliás, a própria estação já libertou um espaço, que em principio e era o que se falava, seria para ser utilizado como estacionamento e continua tudo na mesma. -----

O artigo sexto do regulamento prevê três tipologias de estacionamento, curta duração até sessenta minutos, média duração até cinco horas e longa duração sem limite máximo, já nem vou falar no dístico ter que ser adquirido pelos munícipes, até porque não vêm só munícipes ao Entroncamento, há de vir pessoas de fora de passassem que desconheçam completamente a existência do dístico e não sei como é que isso vai ser resolvido. -----

Ao alargarem esta área de estacionamento condicionado, provavelmente vai-se alargar nas zonas adjacentes à que atualmente já existe concessionada, estou-me a lembrar por exemplo, a zona verde que tem uma escola, tem funcionários, professores, centros educativos, vão precisar de se deslocar para a escola, vão ter várias horas de permanência na escola, vão ficar provavelmente com um constrangimento gravíssimo, não sei como é que isto vai ser resolvido, estou curioso por ver a solução milagrosa que se vai encontrar. -----

Nós entendemos que provavelmente, o mais indicado em primeiro lugar, será pressionar junto da REFER e da CP no sentido com as suas responsabilidades, encontrarem soluções para os seus utentes, para as pessoas que utilizam o caminho-de-ferro e que precisam obviamente de colocar os seus veículos quando se deslocam. -----

Outra questão que nos parece, a ação da PSP sobre a intervenção de locais aonde o estacionamento está limitado seria o suficiente para evitar situações de constrangimento. -----

Não sei como é que isto vai evoluir, mas sinceramente estou um bocado apreensivo, parece-me até que o espaço do Entroncamento vai ficar um bocado coagido, prisioneiro de uma solução que me parece mais financeira do que outra coisa.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ Sou deputado há pouco tempo, mas para alguma coisa existem atas, fui ler algumas atas e tirei os excertos de algumas coisas aqui ditas. –

O custo é uma preocupação, o ponto número um do artigo segundo é uma preocupação, aquilo que o Bloco de Esquerda disse é uma preocupação, a REFER já deveria ter tomado providencias e a câmara não só deste executivo como o anterior, já deveriam ter pressionado mais para que haja esse estacionamento, mas há algumas coisas que me chocam e vou passar a ler algumas coisas. -----

Alguns dos presentes aqui nesta assembleia debateram-se aqui contra tudo e qualquer pagamento, está transcrito em ata. -----

Devo lembrar que em 28-12-2011, não vou referir o nome, disseram: “ *a morte está a ser feita no centro da cidade, é por estes pequenos passos e por estas pequenas situações, que nós vamos verificando que isto acontece, a taxação neste caso era à superfície, é um pequeno exemplo mas é o começo.*” -----

Acrescento que estes dez euros e trinta cêntimos, este condicionamento é a continuação. -----

Relembro também, que alguém da bancada que hoje está com a maioria disse: “ *Esta bancada é e sempre foi contra a taxação à superfície do estacionamento*”. -----

Continuamos a lembrar, se a atividade policial da nossa Esquadra fosse um pouco mais atuante neste caso, não precisávamos disto, é preciso que a câmara faça diligências junto da PSP para que isto aconteça, não vamos taxar. -----

O comércio da nossa cidade precisa de gente, não temos gente porque se taxou a zona A, vamos agora criar estacionamento condicionado, e diz no regulamento que se pode vir a pôr paquímetros no local, não são concessionados a uma empresa, mas é concessionado a uma empresa que é a câmara municipal e isso vai fazer com que as pessoas continuem a ir para as grandes superfícies do nosso concelho, mas muito mais para as superfícies vizinhas como Torres Novas, com grandes parques de estacionamento nas zonas comerciais, que estão apinhados de gente do Entroncamento e concelhos vizinhos, que regularmente vinham ao Entroncamento. -----

É preciso uma solução integrada, nós disponibilizamos para ajudar o executivo a fazer alguma coisa melhor, mas com este regulamento, com estas situações e lembrando o que foi dito aqui por pessoas da bancada do PS em 28-12-2011, e por alguns cidadãos que estão hoje aqui representados, digo e a bancada do CDS, que sou só eu, mas que fiz o trabalho de casa, somos contra qualquer taxação de estacionamento à superfície.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Desde já quero deixar bem claro que a CDU não vai colocar questões em relação às competências do executivo que tem a ver com áreas de gestão de via pública e nos espaços públicos para fazer face aos problemas do dia-a-dia, mudar de sinalização de um lado para o outro, para fazer face aos problemas imediatos. -----

No entanto, o regulamento de zonas de estacionamento tem a ver com duas coisas e que são importantes, uma delas é o planeamento mais geral do município e tem a ver também com uma tabela de taxas não urbanísticas que nós estamos também a alterar. -----

Daquilo que eu tenho tido conhecimento noutros municípios de regulamentos de estacionamento, geralmente vêm já com zonas de estacionamento definidas, com os espaços a intervir e com as limitações a implementar, mas também compreendo que aquilo que vi foi em Sintra e Amadora, são cidades e concelhos com uma determinada dimensão, com um determinado nível de planeamento e com técnicos para fazer esse trabalho, admito que o Entroncamento tenha mais problemas a esse nível e ter uma solução imediata para determinado tipo de zonas. -----

No entanto, acho que o regulamento no número um, do artigo segundo, deveria ser revisto no sentido de contemplar a questão das zonagens virem à posterior à assembleia municipal, porque, e era aquilo que estava a dizer, tem a ver com o planeamento e uma tabela de taxas, a tabela de taxas nós definimos que vai ser aplicado um determinado valor, mas não definimos qual é a abrangência desse valor e em que zonas é que vai ser aplicado e isso deverá vir à assembleia municipal. -----

Uma outra questão, tem a ver com a aplicabilidade deste regulamento, este regulamento já funcionou nalguns municípios e não funcionou durante muito tempo, em Lisboa há uma experiência, há mais uma ou duas experiências aqui nas redondezas, mas elas não funcionaram muito bem, isto é um bocado aquilo que se está a praticar neste momento. -----

Estou de acordo com aquilo que foi dito aqui em relação ao valor, dez euros por ano para estacionamento, eu não utilizo. -----

Penso que há duas questões a alterar, o número um do artigo segundo e há a questão do valor do cartão, também concordo que isto sem cartão não funciona.” -----

Referiu **Manuel Martins**: “ Quanto a esta questão do estacionamento já é recorrente e desta vez em outros moldes. -----

Não há modelos perfeitos, este também não o será com certeza, houve aqui algumas sugestões que provavelmente terão que ser consideradas. -----

Este regulamento em algumas questões não é efetivamente claro, eu próprio já tive alguma intervenção noutras situações com o estacionamento, a primeira delas como membro da comissão de moradores que se manifestou contra o modelo utilizado na zona A, e como é óbvio, não estamos a falar da mesma coisa, não estamos a falar de uma concessão, porque uma concessão é aquilo que existe na zona A, aqui, no próprio regulamento, menciona que será a câmara a entidade que irá fiscalizar. -----

Aquilo que me foi transmitido, trata-se apenas e só de não criar uma zona nova com outros estacionamentos pagos, mas antes regulados, lugares que hoje são de estacionamento de duração limitada, infelizmente por falta de meios das forças policiais, não conseguem ter um polícia em frente a um carro durante meia hora, ou uma hora para depois o multar, não faltaria se isso acontecesse, se já são acusados de fazer a caça à multa. -----

Esses lugares são ocupados por tempo indeterminado porque não há fiscalização, portanto, a forma que o executivo encontrou foi criar um cartão que tem um valor por sinal muito inferior ao valor que é cobrado a quem quiser ter um cartão na zona A que são vinte euros mensais, para estacionar livremente. -----

Para além disso, o cartão que existe neste momento para os moradores da zona A, está atribuída uma matrícula e apenas aquele veículo pode ali estacionar, neste caso, este cartão que custará os dez euros, não será condicionado a nenhuma matrícula, poderá

ser usado por quem entender, inclusivamente os comerciantes podem comprar vários cartões para os seus clientes, e havendo uma rotatividade será muito mais fácil para o comércio em geral. -----

Não acho que este valor de dez euros e trinta cêntimos seja desproporcionado, tomara eu que esse valor na minha zona, na zona A fosse próximo deste. -----

A questão do número um do artigo segundo, é realmente uma questão pertinente e penso que o executivo e a bancada do PS, estará em condições de assumir o compromisso no que respeita à intervenção do senhor deputado António Ferreira, de uma zona definida ser apreciada por esta assembleia, aliás, é uma sugestão que eu considero que irá resolver esta indefinição do artigo, de não ser claro nas zonas e ser demasiado abrangente. -----

Neste momento, a intenção do executivo é apenas regular os lugares que já neste momento se encontram definidos como lugares de duração limitada e irá continuar assim até ser trazido a esta assembleia o tal mapa que define a zona de intervenção, neste momento a ideia é apenas e só os tais lugares de estacionamento limitado, que não são de meia hora grátis como dizia o senhor deputado do PSD, aparentemente não terá lido bem o regulamento, não fala aqui em meia hora, fala em vários períodos, um deles até de cinco horas.” -----

Fernanda Rolo referiu: “ Há aqui qualquer coisa que me escapa. -----

Eu posso estacionar todos os dias no parque subterrâneo durante meia hora sem pagar nada, a não ser que às vezes me distraio e pago trinta cêntimos, ao comprar um cartão por dez euros e trinta cêntimos, já vi que posso ter trinta e cinco distrações. Faço as minhas compras no comércio do Entroncamento e sou uma utente assídua daquele espaço, se tiver que comprar o cartão ao fim da meia hora, não pago trinta cêntimos, mas sim uma multa que a polícia me aplica, a diferença é só esta.” -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “ No artigo nono, número um, alínea a), refere: “*Outros títulos serão dispensados pelos parómetros que venham a ser instalados.*” É taxação, não me venham dizer o contrário. -----

Compreendo que se tem de regular o estacionamento, mas não podemos comparar isto com a zona A, isto é para ser aplicado aonde o município entenda. -----

Eu se tenho uma loja e vou comprar cinco títulos, três para mim e dois para dar aos meus clientes, os meus clientes não sabem se eu tenho os títulos ou não, se o cliente vier pela primeira vez ao Entroncamento conhecer o comércio da cidade, aliás o Entroncamento já foi a capital do comércio da região de Santarém, hoje em dia temos a rua pedonal vazia, lembro-me dos tempos áureos do Entroncamento.” -----

Interveio **Kelly Silva**: “ Queria manifestar a minha admiração quanto à posição do PS, relativamente a esta questão, porque há três ou quatro anos atrás o PSD quando estava no executivo, foi altamente atacado por causa da questão do estacionamento e da TECNÓVIA, em que efetivamente foi referido que era uma possibilidade de haver rotatividade para as pessoas irem ao comércio tradicional e a bancada do PS na altura atacou-nos e agora estão a defender essa posição. -----

Só estou a mostrar a minha indignação quanto a essa posição.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ A vida dá voltas, muitas voltas, voltas aonde nunca se esteve e vai-se lá parar sem querer. -----

Há uns anos atrás, o senhor eleito local, obrigado por nos ter chamado à atenção, nesta assembleia não há deputados, há eleitos locais, foi como disse aqui um dos mais presentes membros da associação de moradores sobre a taxação e o pagamento do estacionamento. -----

O senhor eleito está neste momento aqui nesta assembleia a discutir este assunto de par para par e portanto não tínhamos nada que chamar o que se passou no passado, agora que este assunto foi chamado aqui, nós temos toda a legitimidade de falar dele e digo-lhe com muita sinceridade, é muito mais fácil ser oposição do que ser governo, porque quando se é governo é preciso arranjar soluções para aquilo que se tem à frente.

Quando foi importante arranjar uma solução para o estacionamento condicionado, o Partido Socialista e o senhor eleito local, à época não eleito local, mostrou o seu descontentamento, indignação de forma veemente, aliás, o senhor Presidente da Assembleia Municipal igualmente, isto não é uma surpresa para ninguém, parece que estamos aqui a falar de um assunto que toda a gente desconhecia até ao dia de hoje. -----

Quando a vida dá voltas, às vezes leva-nos a dizer coisas que nós nunca pensávamos ter que vir dizer e fazer, custa um bocadinho vir aqui defender isto, porque foi o seu executivo que propôs esta medida agora e é o seu executivo que propõe que sejam criadas novas áreas de estacionamento e tem toda a razão, eu errei, eu disse os trinta minutos porque estava a olhar para a parte do regulamento em que está a imagem do novo dístico e está lá meia hora. -----

Quando nós discutimos estacionamento condicionado e esta discussão foi longa no passado, porque não era só uma vontade do executivo à época, era uma vontade de muita gente que não tinha lugar para estacionar o carro quando precisava de ir ao comércio local e dos próprios comerciantes, e portanto, quando nós falamos do estacionamento condicionado na cidade, devemos-nos lembrar daquilo que foi no passado discutido, do parque subterrâneo, do parque por detrás da residencial Gameiro, das zonas da zona A, agora virá outra comissão de moradores que não é da zona A, é de todo o Entroncamento com exceção da zona A, esta é que é a parte engraçada da questão. -----

Disse-nos também o senhor eleito local, que a câmara vai ter que fiscalizar e portanto vai ter que contratar pessoal e não vejo no orçamento, nem no mapa de pessoal, possibilidades de contratação de pessoal para esta área, gostava de saber o que é que o Partido Socialista tem a dizer sobre o pessoal a contratar para fiscalizar o estacionamento. -----

Para terminar porque a memória não pode ser curta nunca e sei que o senhor Presidente não tem a memória curta em momento algum, a bancada do Partido Social Democrata sem querer falar do assunto, propôs a esta assembleia que fizesse uma proposta ao executivo, para o executivo alterar esta proposta, para não criar condicionamentos e para que não houvesse problemas demais, porque nós sabemos quais vão ser os constrangimentos dos cidadãos do Entroncamento.” -----

Continuou **Manuel Martins**: “Tentando aqui criar mais alguma clareza nesta situação, porque há aqui coisas que provavelmente não me expliquei bem. -----

Quando o senhor eleito local disse que eu protestei veementemente enquanto membro de uma comissão, não do que é que o senhor se está a referir, fiz parte dessa comissão mas não tive qualquer intervenção nem veemente, nem menos veemente, mas sim apenas um dos membros da comissão que trouxe a esta assembleia um documento que faz parte da ata, estava presente mas não me manifestei. -----

Nesse documento, há um parágrafo que começa assim: “*Não discordando em absoluto da existência de parquímetros, discordamos da forma de concessão e de utilização de tais parquímetros.*” Isto consta do documento da comissão da qual eu fiz parte, entregou na assembleia e ninguém protestou veementemente. -----

A única vez que o senhor eleito local me terá ouvido falar neste assunto, foi já enquanto membro eleito desta assembleia, mas continuo a subscrever o que está neste documento. -----

Daquilo que me foi transmitido, a intenção é apenas de regular os lugares que já constam como lugares de estacionamento limitado, estamos a falar de um lugar que neste momento tem uma placa a dizer estacionamento de sessenta minutos, a pessoa a partir do momento em que este regulamento estiver em funcionamento, só os portadores deste cartão poderão utilizar estes lugares e utilizar o relógio, será muito mais fácil para a entidade fiscalizadora, que estou convencido que não será necessário contratar ninguém porque a câmara terá pessoas que possam fazer este serviço. -----

Queria esclarecer o senhor eleito local Pedro Gonçalves, quando ele refere e bem o artigo nono, número um, alínea a), esquece-se de ler o artigo oitavo, número um, quando diz: “ *talão de estacionamento emitido por parcómetro, caso venha a ser entendido necessário pelos órgãos competentes do município e após elaboração de regulamento próprio*” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Sobre a intervenção da bancada do Partido Socialista, senti-me um bocado constrangido sobre a defesa deste documento. -----

Uma coisa curiosa que estou a verificar, é que parece que está toda a gente contra o documento, mas a única pessoa que votou contra, foi o vereador do Bloco de Esquerda na câmara, mais ninguém votou contra.

A bancada do Partido Socialista diz que isto é só para regular o que já está regulado, mas não encontrei no documento nada que dissesse que isto era para regular o que já estava regulado, não há um único artigo que fale nisso. -----

O regulamento diz que se vão criar áreas, não sabemos quais, na minha intervenção anterior, pressupus que eram as áreas adjacentes à zona A que é aquela que tem mais constrangimentos, se calhar não é, não faço ideia quais serão. -----

Coloco uma outra questão, quem não tiver dístico e vier de fora, está sujeito a multa o que não me parece uma coisa muito razoável, ou isto está mal pensado e feito em cima do joelho, e pela intervenção da bancada do Partido Socialista é o que parece, mas em todo o caso é o Partido Socialista que apresenta, há aqui um processo contraditório que me escapa, uma coisa é certa, o que se passa hoje na zona A e eu posso falar por testemunho próprio, sempre que preciso de vir aqui estaciono aonde é necessário, pago obviamente, e nunca tive nenhum constrangimento em me deslocar a qualquer estabelecimento, claro que vou pagando, mas é as regras e aceito as regras. ----

Nas outras áreas por aquilo que estou a ver, vai ser ao contrário, como não há talão para tirar, vamos estar sujeitos a multas consecutivas.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Os documentos que vêm aqui, são para serem discutidos e aprovados.-----

Aquilo que o senhor Pedro Gonçalves disse, deixou-nos muito preocupados com esta situação, é que nós temos um princípio, já o fizemos na zona A e agora vamos fazê-lo novamente, estacionamento pago, não, estacionamento com condicionante do cartão com um valor razoável para esse cartão, poderemos aceitar para resolver determinados problemas no Entroncamento, agora aquilo que está no artigo nono que diz: “*outros títulos serão dispensados pelos parcómetros que venham a ser instalados.*” Não aceitamos de maneira alguma. -----

Aquilo que foi dito aqui não corresponde à realidade, o nosso vereador na câmara municipal, votou contra também.” -----

Kelly Silva referiu: “ Queria relembrar que na época, o eleito local era o senhor Carlos Amaro e que ele como líder da bancada foi veementemente contra. -----

No entanto, recordo-me perfeitamente também, que a senhora eleita local Fernanda Alves, esteve aqui nesta assembleia a falar em nome de todos os moradores, também totalmente contra, lembro-me como se fosse hoje. -----

Também tenho conhecimento, que o eleito local, senhor Manuel Martins, fê-lo na junta de freguesia. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Vou passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, foram suscitadas aqui algumas questões em duas partes que me parecem relevantes. -----

Uma é a questão do custo do cartão, se o município poderá repensar essa situação. -----

O outro está relacionado com o número um, do artigo segundo, que tem a ver com a definição das zonas onde vai ser aplicado, para que a câmara municipal sempre que aplicar o regulamento a determinadas zonas que define e aprove, fará trazer essas adendas à assembleia municipal para conhecimento e aprovação. -----

Há também a questão da possibilidade de instalação de novos parómetros.” -----

Interveio o senhor **Presidente da Câmara**: “ Começando pela última nota e relativamente à questão do número um, do artigo oitavo. -----

O número um diz: “ *O título de estacionamento, pode revestir a forma de:-----*

- *Dístico horário, conforme Anexo I e de validade anual coincidente com o ano civil;* -----

- *Talão de estacionamento emitido por parómetro, caso venha a ser entendido necessário pelos órgãos competentes do município e após elaboração de regulamento próprio;*-----

De facto não havia necessidade de estar aqui isto, mas o que está aqui bem claro, é que, só pode haver talão de estacionamento emitido por parómetro, leram com atenção e viram que este regulamento não se aplica à zona A porque tem um regulamento próprio. -----

Diz: “*talão de estacionamento emitido por parómetro, caso venha a ser entendido necessário pelos órgãos competentes...*” os órgãos competentes do município são a câmara e a assembleia, que fique bem claro, que só pode haver introdução de parómetro fora da zona A, se a câmara o propuser e aprovar e depois se a assembleia aprovar, portanto essa é uma falsa questão e que está esclarecido. -----

A senhora deputada e cara amiga Fernanda Rolo, pode ficar descansada que não tem que pagar nada, a generalidade de todos nós não necessitamos de comprar qualquer dístico, este regulamento tem apenas o objetivo de regulamentar situações que existem na nossa cidade já provadas de estacionamento condicionado, à volta do Centro Cultural há uma placa que diz: “*estacionamento condicionado máximo uma hora*” nós não temos nenhum instrumento que defenda o cidadão que só estacionou cinquenta e oito minutos e que possa provar isso ao polícia, porque o polícia diz que estacionou uma hora e cinco minutos. -----

Se um cidadão estacionar durante quarenta minutos, depois saiu e passado meia hora volta a estacionar no mesmo local e fica lá estacionado mais quarenta minutos, a polícia passa lá porque são eles que fiscalizam, e pode concluir que aquele carro está lá estacionado durante uma hora e cinquenta e o cidadão não tem meios de se defender. ---

Este é um instrumento para defesa dos cidadãos, é um instrumento para defesa do comércio local. -----

Uma questão colocada e bem pela CDU, que tem todo o sentido e nós não o fizemos porque não encontramos na altura a forma adequada, o que dissemos através do senhor deputado do PS, a nossa intenção imediata é aplicar este regulamento às zonas

que já têm estacionamento condicionado e esse é um compromisso que assumimos claramente, futuras zonas, foi aqui sugerido uma metodologia, nós vamos seguir e traremos se houver novos estacionamentos em novas zonas, para que assembleia se pronuncie e possa aprovar. -----

Primeiro - este regulamento é para aplicar, se for aprovado obviamente pela assembleia, para fazer face aos estacionamentos condicionados que já existem, como forma de defender os cidadãos e como forma de apoiar o comércio local. -----

Segundo – futuros eventuais novos lugares de estacionamento, assumimos o compromisso de que eles só serão aumentados, após uma proposta de zona que traremos à câmara e depois à assembleia para ser aprovado. -----

Estes são os nossos compromissos, a assembleia obviamente é soberana, penso que nos devemos cingir ao que está em discussão e não à retórica que aqui ouvimos. ----

Queria dizer ao senhor António Ferreira, que ouço com muita atenção aquilo que diz e aqui tem um equívoco, a CDU votou o regulamento, como disse o senhor deputado Luís Grácio, este regulamento apenas não foi aprovado pelo Bloco de Esquerda. -----

Quando o regulamento esteve em discussão pública, não houve qualquer sugestão por parte dos munícipes, houve uma sugestão muito pontual da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, e na segunda vez que veio à câmara, aí sim, a CDU acompanhou o BE no voto contra, mas relativamente ao regulamento inicial, votou favoravelmente, o PSD na primeira votou a favor e na segunda absteve-se.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento Condicionado**” foi aprovado por maioria com onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, quatro votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e um voto do Centro Democrático Social e oito abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata e três da Coligação Democrática Unitária. -----

José Baptista apresentou a seguinte declaração de voto: “ Isto parece uma brincadeira o que se está aqui a fazer. -----

Ouvimos com atenção os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara, não esclareceu nenhum daqueles que o PSD perguntou aqui. -----

O que aconteceu neste momento nesta assembleia, foi que, estivemos uma hora a discutir o regulamento que anteriores eleitos não concordavam, que votaram a favor de fazer uma pirueta extraordinária política e vindo aqui com toda a frontalidade dizer que agora já eram a favor de uma coisa que anteriormente não eram a favor. -----

A nossa bancada não votou contra este projeto de regulamento pelo seguinte: ----

Porque é um projeto que visa regulamentar o estacionamento na cidade e foi isto que os nossos vereadores disseram aquando da primeira votação a favor e na segunda na abstenção pelas razões que estão na ata e que podem ser consultadas e portanto, aquilo que já foi dito à época foi que o dístico não deve ser pago, porque o que está a ser feito aos cidadãos é cobrar-lhes uma taxa administrativa para poderem estacionar. -----

Que fique feita a declaração em ata, de que o Partido Social Democrata se absteve na votação, por esta única razão.” -----

António Ferreira apresentou também a seguinte declaração de voto: “ Nós abstivemo-nos por duas razões: -----

Primeiro, porque o valor do dístico é de facto elevado. -----

Segundo, uma questão levantada por nós, há um compromisso das novas zonas virem aqui, mas nós queremos mais do que isso, nós queríamos que a futura alteração do regulamento, essa situação fosse obrigatória e ficasse no documento, porque o PS pode-se comprometer neste momento, outros que vierem a seguir têm que se cingir ao que está no regulamento é que é válido.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** pediu a palavra: “ O senhor António Ferreira encontrou aqui uma forma, que ajuda o executivo e a assembleia, porque se tivesse que vir à assembleia sempre que se queria pôr um lugar de estacionamento, não era nada operacional e por isso é que pusemos isso aqui, agora com esta sugestão, que acho que é muito positiva, definimos uma zona, a assembleia aprova uma zona e o executivo nessa zona tem a liberdade de dirigir esse espaço e penso que isso se deve fazer em futura alteração e fica o compromisso.” -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2015 -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ O executivo camarário vem propor a esta assembleia a redução para 0,38% à taxa aplicada aos prédios urbanos, sendo que relativa aos prédios rústicos resulta da própria lei. -----

Esta proposta da taxa vem na senda de uma das promessas eleitorais do PS nas últimas eleições. -----

A verdade é que, mesmo dando cumprimento à nossa proposta eleitoral, não nos esquecemos dos nossos compromissos como seja o pagamento da dívida herdada no valor de 14,8 milhões de euros e a criação pelo atual governo da criação de um fundo para o qual a câmara municipal terá que despende 70 mil euros ano o que vai afetar os orçamentos entre 2015 e 2021. -----

Penso que todos devem pensar da mesma forma, estamos aqui para defender os municípios sem esquecer os compromissos que já assumimos. -----

Obviamente que a bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

Interveio **Fátima Roldão**: “ Relativamente à proposta apresentada com as taxas de 0,38% para os prédios urbanos e 0,8% para os prédios rústicos, não estamos de acordo relativamente ao valor dos prédios urbanos, uma vez que defendíamos uma redução mais significativa desta taxa, que aliás, foi apresentada pelo nosso vereador na câmara municipal. -----

Consideramos que se impõe novos avanços na redução desta taxa, que devia descer, segundo a proposta que apresentamos para 0,35%, por um lado porque há compromissos nesse sentido, por outro, devido ao fim da cláusula de salvaguarda que tudo isto irá ocasionar pesados encargos em muitas famílias do nosso concelho o que também deveria ter sido equacionado neste período difícil em termos económicos que continua e continuará a viver. -----

Realçamos ainda, que se estima em 10% o aumento da cobrança do IMI e consideramos por isso que seria o momento oportuno para mexer nesta taxa de uma forma mais corajosa e em benefício dos agregados familiares do nosso município. -----

Propusemos assim essa redução para os 0,35%, proposta que não recebeu bom acolhimento da parte do executivo e portanto, iremos votar contra esta proposta. -----

Provavelmente nem com esta baixa na taxa, a cobrança global do IMI deixará de subir no Entroncamento.” -----

Prosseguiu **Telma Jorge**: “ Começava por dizer que não foi a CDU que ganhou a câmara, que tem a maioria no executivo e muito menos que se propôs a reduzir o IMI com a proposta que o PS fez antes das eleições. -----

Aquilo que nós sempre tivemos o cuidado de dizer relativamente ao IMI, é que baixáramos em função do contexto e das possibilidades do momento. -----

Há uma decisão do PS de repartir à posterior os 10% ao longo do mandato, temos que dizer que na nossa modesta opinião, o que nos parece é que o PS prepara para jogar um pouco com o calendário eleitoral autárquico e fazer a grande baixa talvez no último ano do mandato. -----

De qualquer das maneiras, face à situação que agora analisamos com o cuidado acrescido face às responsabilidades que todos temos que assumir, há um dado que é a reavaliação dos prédios e o impacto que teve na descida das receitas com este imposto. –

Por esta razão, nós reconsideramos a nossa posição e nesta matéria, vamos aprovar esta proposta.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Um ano depois voltamos à discussão do IMI e voltamos novamente a uma proposta do executivo socialista e uma proposta que foi feita em sede de executivo pelo Bloco de Esquerda que o PSD apoiou à semelhança do que aconteceu o ano passado. -----

Quanto à alteração dos 0,39% para os 0,38%, isto faz-nos lembrar aquilo que aconteceu há um ano atrás na campanha, o que o Partido Socialista prometeu aos cidadãos, foi que lhes baixaria o IMI em 12,5%, e o que acontece aqui, é que ao ritmo a que o estão a fazer, nunca chegarão aos 12,5% no mandato a que se candidataram, não muito menos os cidadãos percebem porque é que num ano baixa de 0,40 para 0,39 e no ano a seguir baixa de 0,39 para 0,38, e com as derivas que se fazem aqui nesta casa, desde há um ano atrás sobre os constrangimentos orçamentais constantes que há, mas que não existem em todas as áreas, aliás, num documento que recebemos do executivo temos a cobrança já efetuada este ano e a cobrança efetuada o ano passado, com valores que podemos confirmar são 2.407.114.00 euros e este ano já foram transferidos 1.454.201.40 euros. -----

Aquilo que o Partido Socialista fez mais uma vez, foi empurrar para a frente com a barriga, uma promessa eleitoral que fez aos cidadãos da qual fez bandeira de campanha e a qual não vai cumprir, porque o que prometeu não foi pura e simplesmente baixar o IMI, prometeu baixar o IMI em 12,5%, há aí um grupo muito interessante no facebook que estão a exigir os 12,5%, eu também quero. -----

Fora de brincadeiras, porque isto não é nenhuma brincadeira, é um assunto muito sério, dizer que aquilo que são promessas aos cidadãos têm que ser cumpridas e a promessa que o Partido Socialista fez não a está a cumprir e portanto o Partido Social Democrata votará contra esta proposta.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “ O CDS-PP é favorável a qualquer baixa de impostos, nós não vamos voltar a salientar que foram 12,5% prometido, vamos votar favoravelmente porque é uma baixa, vamos ver daqui a quatro anos se conseguimos prometer os 12,5%.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis para o ano de 2015”, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2015 -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ O número 1, do artigo 26º, da Lei número 73/2013, de três de setembro, determina que os municípios têm direito a uma

percentagem até 5% do IRS dos sujeitos passivos que residam no concelho, relativamente aos rendimentos do ano anterior. -----

No caso aqui em apreço, trata-se de discutir a participação a liquidar em 2015, relativamente aos rendimentos dos municípios no ano de 2014. -----

A proposta hoje apresentada mantém o valor de 5%, vai na linha do que sempre foi feito pelo município, é uma proposta consciente tendo em conta a situação atual do município e consideramo-la como um ato de boa gestão. -----

No momento em que a câmara está a conseguir diminuir o garrote financeiro da gestão anterior, e pagar a tempo e horas aos fornecedores, é com orgulho que constatamos que a autarquia saiu da lista negra da DGAL, parece-nos extemporâneo e de uma inconsciência profunda privar a autarquia de uma importante fonte de receita, que muito tem contribuído para atenuar as dificuldades sentidas pelos cidadãos, sem deixar de reconhecer o esforço e o contributo que os entroncamentenses têm dado.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ Para manter a nossa coerência que é uma coisa que prezo bastante, nós somos favoráveis à baixa dos impostos, mas neste ponto também não queremos comprometer as contas do município e por isso, sendo nós a favor da baixas dos impostos mas não querendo comprometer as contas do município, iremos abster neste ponto.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Pelas razões que nós apresentamos na moção e por um exemplo que vou dar aqui e que tem a ver com a câmara de Lisboa, lembro que foi o António Costa que inventou esta questão da participação de 5%, que deu em troca de um corte generalizado nas transferências para as autarquias, refiro o seguinte: -----

Só um terço da população é que beneficia da redução desta taxa. -----

As câmaras municipais para reduzirem nesta taxa, têm que ir buscar dinheiro a algum lado para compensar isto, e nós vimos em Lisboa aonde é que se foi buscar, aumento dos tarifários, taxas sobre as dormidas e por aí em diante. -----

Depois disto, um terço da população que fica beneficiada com o corte no IRS, se forem fazer depois as contas devido ao aumento das taxas, já não é um terço da população que fica beneficiada, é muito menos de um terço da população, são aqueles que detêm os maiores rendimentos. -----

Há uma segunda questão, nós estamos a praticar um regime num concelho e no concelho ao lado estamos a praticar outro regime num imposto que é nacional, que visa fazer justiça social, estamos a tratar os portugueses de forma diferente de concelho para concelho.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Participação Variável do IRS a Liquidar em 2015**” foi aprovado por maioria com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e uma abstenção do Centro Social Democrático. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2015 -----

Pediu a palavra **Sara Domingos**: “ Quanto à taxa da derrama a proposta do senhor Presidente e do seu executivo assenta no princípio de indexar a taxa da derrama 1,5% do lucro tributável à criação de postos de trabalho, o que muito apraz a esta bancada. -----

Num momento de crise que o país atravessa com taxas de desemprego jovem nunca antes conhecidas, esta fórmula incentivará as empresas na criação de postos de

trabalho, reduzindo o valor pago através da aplicação da taxa da derrama, podendo mesmo a vir a isentar deste pagamento, caso crie postos de trabalho superiores a 75%. –

A proposta do Bloco de Esquerda ao fixar o volume de negócios na aplicação da taxa, está a reduzir um universo de empresas sujeitas à sua aplicação, o que nos conduz novamente ao problema sempre da redução da receita.” -----

Prosseguiu **Marco Geração**: “ Nós temos que pensar como é que uma empresa cresce, uma empresa cresce gerando lucro, agora para aplicar parte desse lucro ao crescimento da empresa gerando postos de trabalho ou então simplesmente não aplica o lucro na atividade da empresa. -----

Mesmo assim, em primeiro lugar tem que gerar lucro, se existir uma carga tributária excessiva, o capital líquido da empresa pode-a impedir de contratar mais ou mesmo leva-la a uma inviabilidade financeira, isto leva a uma questão óbvia, como pode ser o critério da geração de postos de trabalho uma forma de diferenciar o peso da tributação, tendo em conta que o critério em si mesmo, é o axioma do estilo da galinha e do ovo. -----

Eu até concedo o que é que vou fazer uma pergunta atrás da outra para encontrar explicações para determinado facto e ao tentar encontrar aquela explicação que seria a génese de todo este processo que gerou aquele facto, sempre nos deparamos com a mesma pergunta, o que é que veio primeiro, o ovo ou a galinha, neste caso o que é que veio primeiro a geração do lucro ou a geração de postos de trabalho. -----

Podemos cair na resposta fácil de que seriam os dois, no entanto a questão é bem mais complexa. -----

Na forma que foi encontrada pelo executivo o critério desenhado é muito mais prejudicial para as empresas com baixo volume de negócios, isto é, tendo em conta que as provisões de desemprego para o ano que vem se vão agravar, daí fazer sentido como disse o vereador do Bloco de Esquerda, a criação de uma taxa reduzida para empresas com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, fugindo do critério único da criação de postos de emprego e tendo também em conta o esforço de cada pequena empresa em poder contribuir para esta tributação, o que nos leva a outra questão que também põe em causa esta decisão: qual o peso na tributação de empresas com lucros inferiores a 150 mil euros? -----

Gostaria de ter acesso aos dados do município sobre a classificação das nossas empresas por volume de negócio, no entanto, argumento com base em dados nacionais, segundo os dados de anos anteriores e segundo o que são as médias nacionais, 61% das empresas tinham um volume de negócios abaixo de 150 mil euros, isto pode parecer muito apetecível até se notar que os 39% acima dos 150 mil euros, correspondem a 90% do volume de negócios, sendo assim, qual é a vantagem de tributar as pequenas empresas da mesma forma que se tributa as grandes empresas, pequenas empresas cujo volume de negócios nem lá perto chegam, são 10%. -----

O executivo quer obrigar a que 61% das empresas que corresponde a um volume de negócios que no bolo total são 2%, contribuam da mesma maneira que as outras empresas que têm um volume de negócios superior a 150 mil euros e eu pergunto para quê. -----

Se formos ver estes 10% em relação a estas empresas, na minha opinião e da minha bancada, são centínimos para a câmara que significam muitas empresas em dificuldades. -----

Não estaremos com esta decisão a condenar ainda mais um grande número de empresas que não tem volume de negócios expressivo e que, consequentemente não

acrescentam em valores resultados da tributação, pouco objetivos e que irão danificar o tecido empresarial do nosso município. -----

Tendo em conta estes pressupostos, a bancada do Bloco de Esquerda votará contra a opção do executivo.” -----

Referiu **Telma Jorge**: “ Para a CDU é importante a criação de uma taxa intermédia que sirva para potenciar a atração de empresas e consequentemente a criação de postos de trabalho. -----

Por essa razão votamos favoravelmente na câmara a proposta do Bloco do Esquerda que converge grosso modo com a nossa posição, contrariamente ao PS que manteve uma postura que na prática se mostrou inadequada à realidade do concelho e ao tecido económico local.

No entanto, tendo sido vencida esta posição, não sendo uma questão suficientemente relevante para inviabilizar o orçamento, não o iremos fazer, mas gostaríamos de deixar aqui um alerta e deixar claro que no futuro esperamos que a maioria no executivo tenha em conta a especulação das outras forças políticas, pois uma situação destas pode perfeitamente inviabilizar temporariamente a aprovação de um instrumento de gestão desta importância.” -----

Pedro Gonçalves referiu: “ Estranhamente mas parece que começa a ser um hábito que às vezes tenho que concordar com a esquerda. -----

A proposta que o Bloco de esquerda apresentou, faria um pouco mais sentido, vou citar exatamente o mesmo que alguém citou nesta câmara: *lamentamos o valor desta derrama*, alguém o disse e para bom entendedor, pela palavra bastará. -----

Não vamos inviabilizar, porém salientamos que não achamos a maneira mais justa e que poderia com a taxa ser repartida a isenção para quem tem mais lucro, poderia ter sido uma proposta mais justa. -----

Todos devem ter a noção do que custa criar um novo posto de trabalho vezes catorze meses, se calhar já ultrapassou o pequeno lucro que a empresa teve naquele ano.

Acreditamos que a proposta do Bloco de Esquerda tinha feito mais sentido, porém não vamos inviabilizar esta.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Deixava uma nota ao senhor deputado Pedro Gonçalves que se pode habituar que nesta casa normalmente há muitos consensos, seja à direita, esquerda ou ao centro, há sempre muitos consensos entre as bancadas. -----

A proposta que temos para discussão, é a mesma proposta que o Partido Socialista trouxe o ano passado, com uma taxa de derrama de 1,5% e com incentivos que se baseiam na criação líquida de postos de trabalho de 1/3, 2/3 e 3/3. -----

Há um ano atrás, dissemos nesta câmara, que a metodologia que estava a ser aplicada não era correta, porque os comerciantes e empresários não iam conseguir recorrer a ela e que era um erro estarmos a colocar e a equiparar todos aqueles que teriam que despende deste imposto. -----

Acontece que passado um ano, é que este ano vem nos dar razão sobre aquilo que aconteceu, a informação do técnico à câmara e cito: *informo que não deu entrada nestes serviços qualquer pedido de redução da taxa de derrama com base nos incentivos da alínea b)*, ou seja, aquilo que dissemos aqui que ia acontecer há um ano atrás, veio a acontecer. -----

Os incentivos que o Partido Socialista disse aqui serem o toque de medidas desta derrama para 2014, vieram a revelar-se o fracasso que foram, porque houve zero pedidos para recorrer à derrama que foi aqui aprovada o ano passado e o Partido Socialista propõe a mesma receita passado um ano, volta a trazer aquilo que o nossos empresários há um atrás não quiseram. -----

Portanto, sendo que é esta a proposta do Partido Socialista, obviamente que o Partido Social Democrata votará contra ela porque só assim faz sentido. -----

Já agora, fica um pedido de esclarecimento ao executivo, espero que tenha resposta, no passado sempre foi hábito dizer nesta casa qual é que era o destino da derrama, no passado foi para diversos tipos de situações, pois agora, solicito ao senhor Presidente da Assembleia, que solicite ao senhor Presidente da Câmara, qual é que é o objetivo da derrama para 2015. -----

Nós estamos a aprovar uma taxa de imposto àqueles que criam emprego na nossa cidade e queremos saber para que é esta taxa de imposto vai influenciar a nossa cidade.”

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis, “**Lançamento de uma Derrama para o ano de 2015**” foi aprovado por maioria com onze votos a favor, sendo nove votos do partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda e quatro abstenções, sendo três da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Social Democrático. ----

Referiu **Marco Geração**: “ Nós votámos contra por uma questão de princípio e também por outra questão e é isso que nos leva a fazer a declaração de voto, seria interessante que a câmara tivesse os dados das empresas que faturam mais do que 150 mil euros e aquelas que faturam menos. -----

Com base nesta informação, seria muito mais objetivo o nosso voto.” -----

PONTO NÚMERO SETE -----

ORÇAMENTO PARA 2015 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2015-2018, BEM COMO OS MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2015 E REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO. -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “ Relativamente à questão do orçamento, a bancada do PS fica bastante satisfeita com este orçamento, que considera realista, que prima pela transparência e pelo rigor tendo em consideração os tempos em que vivemos e a capacidade financeira da câmara, que faz todo o sentido este orçamento. -----

O facto de ser o orçamento mais baixo dos últimos dez anos, mostra precisamente isso mesmo, um orçamento de dezoito milhões e isto é sintomático da preocupação do executivo em equilibrar as contas do município. -----

Reconhecemos que não é uma política do faz de conta e que tal como no ano anterior, este vai na mesma linha. -----

O executivo está neste momento com uma taxa de execução que ronda os 90%, tem diminuído o prazo de pagamentos a fornecedores, inicialmente estava a 127 dias, neste momento está abaixo de 90 dias o que é de salientar. -----

Gostaríamos de realçar neste orçamento algumas questões, nomeadamente a questão de eficiência energética, que penso que todos os eleitos locais desta assembleia tiveram a oportunidade de ler o esclarecimento dado, a coesão social, a taxa da derrama, a questão da cultura, a questão do Cineteatro mencionado neste orçamento e que muito nos apraz e tendo em linha de conta que o Entroncamento necessita de um espaço para os eventos culturais que se possam realizar, a questão do comércio e o mercado diário, vias públicas, entre outras. -----

São vários os investimentos que apesar desta contenção de despesa, o executivo está a propor para 2015. -----

É evidente que é o nosso entender e pensamos que é a intenção do executivo, é precisamente a redução da dívida, ou seja, a sua amortização de cerca de 15 milhões. ---

Todos sabemos que o município tem um endividamento excessivo e como tal, mais uma vez reitero que esta questão da contenção, muito nos agrada.” -----

Prosseguiu **Telma Jorge**: “ Aquilo que temos para dizer relativamente a este orçamento, é que vemos algumas das quinze medidas que nós caracterizamos como urgentes no documento que apresentamos à população aquando das últimas eleições e que defendemos para o nosso concelho. -----

Contudo, também diremos que algumas áreas que não estão devidamente contempladas nem orçamentadas, que é o caso das que dizem respeito ao património ferroviário, à recuperação de espaços verdes e infantis.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “ Estas não são as nossas contas nem a nossas opções políticas. -----

Porém, não podemos deixar de concordar que este orçamento é um orçamento muito mais realístico, é um orçamento tecnicamente bem executado. -----

Temos aqui alguns pontos que nos levam um pouco a ficar preocupados. -----

Algumas das propostas carecem de financiamento exterior, será que se enquadram no próximo quadro comunitário, parece-me algumas de difícil encaixe, são boas opções, porém não sei se encaixam no financiamento, se não se encaixarem vamos ficar como? -----

Compreendo que a herança que trouxeram tenha sido uma herança menos boa. –

Acho que estamos a apostar muito no financiamento vindo da Europa, porém em alguns deles e como meter dois metros quadrados dentro de um metro quadrado. -----

Com está, não vamos rejeitar o orçamento, mas também não o vamos aprovar. –

Referiu **José Baptista**: “ Para que seja mais fácil para a ata ser redigida, elaborei com o senhor vereador Rui Gonçalves um texto sobre o orçamento, que vai lido de seguida e que farei chegar ao senhor Murcela para colocar na ata: -----

«O facto de as prioridades deste Executivo do Partido Socialista não serem as prioridades do Partido Social Democrata não significa que se reconhece que há um conjunto de dinâmicas, assim como de investimentos/projetos, a maioria dos quais foram iniciados no mandato anterior, que estão a ser cumpridos e que deverão ser levados a bom termo no ano de 2015, tal como em anos seguintes. -----

Acontece que, no ano que vem, o Orçamento Participativo, que o agora Executivo Partido Socialista prometeu instituir, não vai ser, mais uma vez, cumprido! Não se pode inventar um “ orçamento participativo”, única e exclusivamente “ com vista definir prioridades” dentro da rubrica Espaços Verdes e com uma verba, para nós, desconhecida. Chama a isto o Povo, “tentar-se tapar o sol com uma peneira”. -----

É uma, das muitas promessas, que não passou disso mesmo: uma mera promessa eleitoralista! -----

Tal como a “redução do IMI”. Perdão! A, agora corrigida, “redução de 12,5% na taxa de IMI! Teria sido porventura esclarecedor em tempo oportuno... -----

Existem também diversas rubricas (GOP 2015) abertas com um euro que merecem a nossa atenção, por um lado pelos valores envolvidos mas especialmente por não terem financiamento definido: -----

Rúbrica – Reabilitação de edifícios municipais, 1 euro definido; -----

Rúbrica – Auditorias Energéticas/Certificação de Edifícios, 1 euro definido; -----

Rúbrica – Reabilitação e Eficiência Energética – Habitação Social, 1 euro definido; -----

Rúbrica – Biblioteca e Arquivo Municipal, 1 euro definido; -----

Rúbrica - Centro Tecnológico de Manutenção, 1 euro definido; -----

Rúbrica – Requalificação da rede viária, 1 euro definido. -----

Mas mais, muito mais, nos preocupam as duas rubricas seguintes, já anunciadas pelo Exmo. Presidente do Executivo e que estão, elas também, sem financiamento definido: -----

Rúbrica – Construção do nivelador de caudal da Ribeira de Santa Catarina, 1 euro definido; -----

Rúbrica – Construção da bacia de retenção, 1 euro definido. -----

Por outro lado existem rubricas (GOP 2015) que simplesmente não se percebe a sua dotação: -----

“Comemorações do 25 de Abril” - €2.700. -----

Já este ano estava subfinanciada e teve de se recorrer a outras rubricas para que fosse possível a realização do evento. Teria sido mais fácil, e mais claro, alocar à mesma rubrica todos os custos associados a esta e transparente. -----

“Cineteatro S. João” – Remodelação e Modernização” - €250.000. -----

Necessitando este espaço de um telhado novo, bem como de toda a estrutura subjacente a este e, acrescentando o facto de que é necessária a remodelação/reconstrução de todo o espaço de bastidores, palco e casas de banho que se encontram em avançado estado de degradação, para já não falar de toda a rede elétrica que a verba aqui atribuída é manifestamente curta para um espaço que ainda há pouco ostentava, orgulhosamente o cartaz “Vamos remodelar este espaço”. -----

“Entroncamento da Cultura e do Conhecimento” - €40.000. -----

O que consta deste programa? O que é suposto que seja? -----

“Centro Tecnológico de Manutenção” - €50.001. -----

O que é? Qual o seu propósito? Qual a mais-valia para o Entroncamento? Como se vai financiar? -----

“Requalificação da rede viária” - €75.001. -----

Tendo em conta o estado de algumas vias da nossa Cidade, seria porventura prioritária esta obra em detrimento de outras. -----

“Entroncamento Criativo e Empreendedor” - €40.000. -----

O que é? Qual o seu propósito? Existem parcerias e dinâmicas já criadas? -----

“Juventude – Atividades Diversas” - €3.000. -----

Estranha ironia! A outrora tão criticada baixa dotação desta área pelo Partido Socialista afinal foi apenas e só uma crítica sem consequência prática. Bem prega Frei Tomás..... -----

Três mil euros, 0,01584% do valor global, é a verba que se atribui neste Orçamento e GOP para 2015 à “Juventude da Cidade para as Pessoas”. -----

Na vertente da Receita deparamo-nos com a rubrica “Loteamentos e Obras” (02020602) no valor de €855.676.00, 78,22% do total da rubrica Impostos Indiretos, que passamos a discriminar e para a qual solicito desta assembleia a máxima atenção: -----

Requerente: Trindade & Martins, Lda. (15/2012) -----

Previsão de receita: 306.590,94 €. -----

Requerente: Asas Invest (01/2012). -----

Previsão de receita: 276.426,44 €. -----

Requerente: Gestlec – Gestão e Investimentos, Soc. Unipessoal, Lda. (45/2009). -----

Previsão de receita: 144.254,67 €. -----

Requerente: MSC, SA (02/2009). -----

Previsão de receita: 106.888,25 €. -----

Requerente: Zone Soft (05/1982). -----

Previsão de receita: 6,720,96 €. -----

Questiona-se se estes processos em aberto serão efetivamente “transformados” em licenças reais, ou se por outro lado nada mais são do que um expediente meramente contabilístico, uma falácia que servirá para empolar a Receita, para além da previsão calculada através da média da receita cobrada nos últimos 24 meses, conforme disposição legal. -----

Real, esse sim, é o aumento de 5% quase €155.000, da Transferência do Orçamento de Estado para 2015, tal como é real que o Município do Entroncamento tem a possibilidade de contratar novos trabalhadores, ao contrário do que foi apregoado e que levou à queda de procedimentos concursais, bem como à cessação unilateral de contratos de prestação de serviços sem que esta maioria tivesse procurado encontrar soluções que salvaguardassem o interesse das duas partes. -----

Nas Transferências de Capital estão contemplados € 2.060.400,00 que correspondem a uma eventual comparticipação de 85% dos “*Projetos a candidatar*”. ----

Ou seja se o eventual financiamento no âmbito do Portugal 2020 for diferente para menos ou se algum destes projetos não se enquadrar neste programa, ficaremos automaticamente com uma redução significativa, ou não, da Receita. -----

Esta é a análise fria que o Partido Social Democrata faz deste orçamento. -----

Cria-se uma receita que não se prevê que venha a existir, para criar despesa que o Partido Socialista criou. -----

Aproveito para perguntar ao Partido Socialista qual o prazo de pagamento às associações nomeadamente às sócias/recreativas que estão sem receber desde março, foi a informação que nos foi dada, se estiver errada agradeço que nos digam. -----

Obviamente que o Partido Social Democrata não tem um gosto por chumbar documentos do Partido Socialista, aconteceu muitas vezes inviabilizarmos documentos do Partido Socialista e o Partido Socialista inviabilizar documentos do Partido Social Democrata, não é isso que está aqui em discussão, o que está aqui em discussão, é que o Partido Socialista fez um orçamento de rigor com base em receitas que sabe que nunca vai receber. -----

O Partido Socialista faz uma coisa que nunca aconteceu, que é nas receitas, coloca loteamentos e outras questões de projetos de 1982. -----

Admito que dentro da tesouraria as contas sejam feitas, isto é o que está para receber, isto é o que está para se gastar e aqui têm-se que se equilibrar uma coisa com a outra, mas a verdade, aqui está-se a equilibrar uma coisa que é falaciosa e que nós sabemos à priori que é dinheiro que não vai entrar nos cofres do município. -----

Portanto, obviamente que o voto do Partido Social Democrata será contra.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “Quería fazer uma observação antes de começar a minha intervenção. -----

Vejo que a Mesa faz uma gestão particular das inscrições, o deputado do PSD não estava inscrito, no interromper da degustação do seu reбуçado, que eu acho uma coisa um bocado incómoda, mas passemos à frente. -----

Os pressupostos de enquadramento macroeconómico do orçamento proposto, partem de projeções que o governo utilizou para a conceção do orçamento de estado para 2015, com uma previsão do crescimento do PIB de 1,5%, as quais à semelhança dos orçamentos anteriores demonstraram ser fantasiosas e inclusive no presente tendo sido contrariadas por diversos organismos internacionais, nomeadamente a “inocente” OCDE, a qual aponta para um crescimento do PIB português na ordem dos 0,8%. -----

Não é por acaso que o atual governo é campeão dos orçamentos retificativos. ---

Seria mais avisado que o orçamento da CME optasse por desígnios mais realistas e não entrasse em efabulações em muito afastadas da realidade, desta forma evitaria

futuras desilusões. Nem a-propósito queremos aqui fazer referencia a uma prática, infelizmente muito comum no anterior mandato, que a atual maioria começou por criticar e que o Bloco de Esquerda sempre denunciou, a qual optava por inflacionar receitas próprias, no caso prováveis (talvez seja melhor dizer: improváveis) vendas de terrenos urbanos, os quais nunca eram efetivamente alienados, por diversos motivos, entre eles a crise profunda em que se encontra o setor da construção, que influenciado pela crise mundial e pelo excesso de oferta de habitação em Portugal e particularmente no Entroncamento, teve de efetuar um ajustamento forçado que se tem traduzido numa evolução negativa da atividade do setor. Pois a maioria PS no executivo, que iniciou o seu mandato com a declaração de rigor e críticas às práticas ilusionistas anteriores acaba, também ela agora, por ceder à tentação de produzir receitas fantasiosas, desta vez já não a previsão de vendas de terrenos urbanos, mas na rubrica de “*Loteamentos e obras*”, na qual estão previstos arrecadar mais de 850.000 euros. -----

Quando a fileira da construção está a passar por um reajustamento do seu foco de atividade, substituindo a construção de edificios novos por ações de reabilitação/manutenção, aliás uma proposta à muito avançada pelo Bloco de esquerda como uma das medidas de combate ao desemprego mais eficazes e que os maiores benefícios trará à recuperação económica, particularmente à economia local, como mostram as macrotendências da habitação nova versus reabilitação (entenda-se reparação e manutenção), a nível europeu, que nos anos de 2010/2011 obtém uma clara inversão de posições, com a reabilitação a assumir maior peso, estimando-se que em 2020 duplicará. -----

E no caso português, em 2011, o segmento da reabilitação já representava 26% da produtividade da construção em Portugal, o que em certa medida veio atenuar a enorme quebra do desinvestimento em construção de novos edificios, -19,5% em 2012.

Perante este cenário são pouco verossímeis as expetativas de receita de novas licenças de construção inscritas no orçamento concelhio para 2015, relembro mais de 850.000 euros. As críticas de falta de rigor e do empolamento de receitas feitas pela maioria PS ao anterior executivo soam como se dissesse: “Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço.” -----

Também no que concerne ao apoio aos municípios no âmbito fiscal, seja no vertente do IMI, seja no caso da derrama, o Bloco de esquerda tem um entendimento distinto da linha de atuação do PS, estes assuntos que já foram analisados em pontos anteriores somente aqui os referimos por serem da maior importância para a vida dos nossos concidadãos e porque mereciam outro tratamento, a nosso ver. -----

Queremos referir que consideramos positivos, determinados investimentos, alguns dos quais elencamos no nosso programa de candidatura autárquica e outros como por exemplo a eficiência energética, por nós proposta para todos os edificios da autarquia, aprovada por unanimidade, mas nunca concretizada, assim como as viaturas elétricas. -----

Outros investimentos sugeridos e por nós há muito reivindicados, como a recuperação do Cineteatro S. João, mais parecem estar inscritos na lista de intenções, para desta forma emudecer as críticas à partida adivinhadas tão insignificantes é a verba proposta. -----

Também relativamente à regularização da ribeira de Santa catarina, sua limpeza e despoluição, a intervenção no Mercado Municipal, a requalificação da habitação social, em particular no Bairro Frederico Ulrich, ou a proposta, no plano social, por nós apresentada em fase de consulta, de mecanismos de apoio social ao arrendamento, num concelho com dezenas de famílias em lista de espera para habitação social, prevendo o

imaginável agravamento das consequências sociais da crise, a qual foi considerada interessante, mas que constatamos não ter qualquer significado em termos de orçamento. -----

Ainda poderíamos referir, os 150.000 euros de simulacro de orçamento participativo, ou a esquadra da PSP, ou insignificante verba prevista para a juventude, ou ainda o investimento de 3 milhões de euros, a mais significativa verba do orçamento, que pretende ligar o Terminal de contentores à Área de Acolhimento Empresarial e à A23 (com cofinanciamento da EU, espera-se). Investimento decerto importante e com vantagens principalmente para a operadora de terminal de contentores, para Vila de Riachos e igualmente para ligação da zona industrial à A23, mas que em nossa opinião consideramos não prioritário face a outras necessidades, há muito equacionadas como sejam a construção da circular de viação rápida pelo lado nascente, eliminando a passagem de nível da linha do leste, ligando a parte norte da cidade diretamente à rotunda da Ponte da Pedra, o que permitirá retirar grande parte do tráfego do centro da cidade, particularmente o tráfego de pesados, o qual desde a introdução das portagens na A23 teve um aumento significativo, com o consequente aumento da poluição e da degradação das vias viárias. Mas ficamos por aqui, terminando somente com uma reflexão acerca do artigo 21º do Regulamento do orçamento, nomeadamente quanto ao seu ponto 2, a saber: -----

a) Tendo a Assembleia Municipal como principal missão a ação de apreciação e fiscalização da atividade da Câmara Municipal, terá ela poderes para auto renunciar à sua mais importante função de fiscalização, delegando a sua própria responsabilidade no órgão que lhe cabe fiscalizar? -----

b) Sendo que as propostas de delegação do executivo são apreciadas e votadas pela Assembleia Municipal, conforme a lei 75/2013, de 12 de setembro e em nenhum dos seus artigos se prevê que a Assembleia Municipal, delegue, ainda por cima sobre proposta do órgão fiscalizado, as suas obrigações, como devemos encarar este artigo do Regulamento do Orçamento? -----

Bem nos parece que há quem lide mal com a fiscalização democrática mas levar a coisa a tal ponto é que não passava pela cabeça. -----

Por tudo o que acabamos de expor só podemos rejeitar este orçamento e esperar que esta assembleia pondere com seriedade o passo que vai tomar.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Fiquei preocupado com a intervenção do PSD, fiquei com a sensação de que o quadro 2020 não vai arrancar este ano e para o ano que vem também não vai arrancar segundo parece o que é mau. -----

Em relação às propostas que são aqui feitas e que não estão no orçamento, por acaso a CDU nas eleições teve uma preocupação de arranjar quinze pontos devido à situação que o país está a atravessar, arranjámos quinze pontos fundamentais no Entroncamento, que não envolvesse grandes investimentos. -----

Uma outra questão que tem a ver com a defesa da honra, o orçamento participativo, PS, PSD e CDS estiveram a favor do orçamento participativo, aprovaram uma moção. -----

Fomos acusados na altura de sermos contra os orçamentos participativos e nós na altura dissemos que tínhamos muitas dúvidas sobre esses orçamentos participativos. ----

O que é que temos aqui como orçamento participativo neste momento, a votação ou a consulta de quem tem direito a um espaço verde ou um jardim arranjado, só falta aqui perguntar que tipos de flores querem para os canteiros e que passarinhos querem lá nas árvores. -----

Nós não temos orçamentos participativos e não defendemos orçamentos participativos, defendemos orçamentos discutidos com as populações, associações e população em geral, mas não são 2%, é o orçamento na sua globalidade.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

O ponto número sete “ **Orçamento para 2015 e Grandes Opções do Plano para o período de 2015-2018, bem como os Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2015 e Regulamento de Execução do Orçamento**” foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda e uma abstenção do Centro Social Democrático. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Em função das questões que foram colocadas ao longo da assembleia e também deste último ponto do orçamento, aguardamos agora por todas as resposta do senhor Presidente da Câmara.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Vou colocar aqui questões que não vêm na informação do senhor Presidente, mas deveriam estar como informação. -----

Há uma série de leis que estão a sair e que regulam uma serie de áreas. -----

Em relação às águas e a concentração dos sistemas, que informação é que há nessa área e que solicitações é que tem havido por parte do governo no sentido de levar à prática aquilo que eles querem fazer que é concentrar os sistemas e juntar os sistemas de baixa aos sistemas em alta? -----

Tenho informação que muitos dos loteamentos vão cair e que as áreas de cedência poderão reverter para os seus proprietários. Os loteamentos que neste momento são inviáveis, loteamentos que podem cair para não pagarem IMI, e dessa forma as câmaras terão que rebater para os proprietários as áreas que cederam em termos de loteamento.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara Municipal**: “ Não há orçamento nenhum projeto que tenha uma receita associada a projetos que estejam para decisão nesta câmara de 1982, não é má-fé por parte dos autores, só pode ser erro. O projeto diz Zone Soft 05/1982, foi um projeto que já entrou este ano e portanto não deve ser 1982, mas sim 2014. -----

Relativamente ao exercício orçamental, ele é feito com base num conjunto de regras que são definidas na lei e com base num conjunto de pressupostos. -----

Fiquei um pouco preocupado quando o deputado do PSD dar a entender que muitos destes fundos não estariam disponíveis, porque as percentagens de todos os elementos do governo que eu tivesse a ocasião de ouvir sobre esta matéria e nos comunicaram que seriam em princípio de 85% e 15%, poderia ir até 85% a fundo perdido e 15% de componente nacional, ou os governantes estavam mal informados, ou esperemos que quem esteja mal informado seja o senhor deputado que referiu essas informações. -----

Nós neste exercício orçamental tivemos que ter em conta que estamos na entrada do novo quadro comunitário, aonde começa a haver algumas orientações que começam a ficar claras mas uma grande maioria ainda não o são e daí nós optarmos no orçamento por colocar algumas rubricas com um valor simbólico de um euro, justamente para podermos adequar o orçamento se for caso disso à realidade que nos vai ser presente pelos Fundos Comunitários. -----

Como é sabido de todos os presentes e também já o afirmamos várias vezes, infelizmente nós não podemos fazer um investimento de 500 mil euros em estradas, pelo simples facto desses investimentos não virem a ser financiados no próximo quadro comunitário, não podemos fazer a circular que o senhor deputado Luís Grácio falou, por uma razão simples, que esse tipo de vias nós neste momento não temos a certeza que não vão ser financiadas, são regras que já são conhecidas, temos ainda a esperança de acordo com algumas orientações que nos tem sido transmitidas, algumas vias que possam contribuir para competitividade e para a concorrência da economia, algumas vias possam ser financiadas e nessa expectativa, nós colocámos no orçamento a possibilidade de fazermos uma ligação do parque de logística e de toda uma zona que pode ser de ampliação da nossa área empresarial à A23. -----

Essa sim, é apenas uma mera hipótese, agora vias que não tenham essa característica, pelas informações que recebemos até agora, são no sentido de que não vão ser financiadas. -----

Infelizmente como temos um milhão e duzentos mil euros de serviço com a dívida, como podem ver no orçamento, de executivos que faziam tão boa gestão mas que nos deixaram esta herança, nós não podemos afetar verbas significativas a investimentos que não sejam investimento financiado. -----

Devo dizer que todas as rubricas de receita relativas a projetos, que o senhor deputado José Baptista teve o cuidado de referir, com o erro que eu já apontei relativamente à Zone Soft, referir que aquelas projeções de receitas têm um número de entrada nesta câmara e são projetos que estão a ser desenvolvidos. Ainda hoje, felizmente, deram entrada na câmara os últimos elementos dos projetos relativos à especialização. -----

Também temos a perceção de que o requerente que hoje fez entrada dos projetos de especialidade que faltavam num destes projetos, transmitiu a disponibilidade e interesse em avançar e concretizar esses projetos, mas como sabem, um projeto a partir do momento em que seja aprovado, o requerente tem um ano para pagar as taxas se pagar fica validado esse processo, se não pagar fica sem efeito, agora tenho alguma dificuldade em perceber que promotores andem a contratar gabinetes de arquitetura e engenharia a investir dinheiro para depois não avançar com os projetos. -----

Esta é a informação que posso partilhar com a assembleia, não estamos a adivinhar o que vai acontecer, temos sim uma base bastante real e por isso transparente, nós não pusemos aqui terrenos a vender, pusemos aqui receitas que são possíveis de ser obtidas por este município, de acordo com as regras, de acordo com a lei se os promotores levarem avante as suas intenções, mas isso só depois de concretizar o pagamento. -----

Relativamente às duas questões que o senhor António Ferreira colocou, são duas questões extremamente importantes, embora a segunda dos loteamentos, percebi a questão....” -----

Em virtude de ter ocorrido uma avaria na gravação de causas desconhecidas, não foi possível transcrever a resposta do senhor Presidente da Câmara, às restantes questões colocadas pelos eleitos locais, nomeadamente: -----

Loteamentos, Águas do Centro, ACEP, RESITEJO, Jardim Pereira Caldas, Rotunda da Filarmónica, Rua Francisco Corujo, Hotel, Natal, Passadeiras peões e Aniversário do Concelho. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e catorze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: